

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.305.639 - SP (2018/0137689-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**EMBARGANTE** : **MILTON JOSE DE LIMA**  
**ADVOGADO** : **JOSELI SILVA GIRON BARBOSA - SP102409**  
**EMBARGADO** : **ICHIRO NISHITANI - ESPÓLIO**  
**REPR. POR** : **NILO NISHITANI - INVENTARIANTE**  
**ADVOGADO** : **EDISIO SANTA BARBARA DE SOUZA - SP113346**  
**INTERES.** : **FAZENDA NACIONAL**

**DECISÃO**

1. Trata-se de embargos de declaração opostos por MILTON JOSE DE LIMA contra decisão de fl. 1140, que não conheceu do agravo pois a parte agravante não teria rebatido, de forma específica, clara e fundamentada, os argumentos da decisão agravada, notadamente, a aplicação da Súmula n. 7/STJ para o alegado cerceamento de defesa.

Nas razões recursais (fls. 1144/1151) a parte embargante sustenta, em síntese, que haveria omissão e obscuridade na decisão ora embargada, pois não incidiria a Súmula n. 7/STJ, já que não requereu a reanálise dos elementos fáticos que já foram objeto da lide.

Aduz que "o despacho agravado do recurso especial não fundamentou expressamente a inadmissão do recurso pela incidência da Súmula 7 do STJ e o agravo em recurso especial de forma clara e fundamentada impugnou a fundamentação pela alegada inadmissibilidade do recurso".

Diz que mencionou no agravo que o julgado n. 684319/MG não se aplicaria ao caso.

Requer, assim, o acolhimento dos embargos de declaração, a fim de sanar as alegadas omissões, obscuridades e contradições.

Instada a se manifestar, a parte embargada ficou-se inerte, conforme certificado à fl. 1159.

É o relatório. DECIDO.

2.Com efeito, em face da manifestação da parte embargante, demonstrando que realmente impugnou os fundamentos da decisão denegatória do recurso especial, torno sem efeito a decisão de fl. 1140 e passo ao exame do agravo em recurso especial.

3. Cuida-se de agravo interposto por MILTON JOSE DE LIMA em face da decisão que negou seguimento ao recurso especial, por sua vez manejado contra acórdão assim ementado:

USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA - Sentença de improcedência -  
APELO DO AUTOR - Pretensão à anulação do julgado, por  
cerceamento de direito de defesa - Admissibilidade do pedido de

anulação, por fundamento diverso, qual seja, a competência da Justiça Federal para apreciação do pedido - Manifestação de interesse da União, fundamentada com vasta documentação, afirmando o ente público ser proprietário da área usucapienda - Incompetência absoluta desta Justiça Estadual para apreciação do pedido - Sentença anulada, com determinação de remessa dos autos à Justiça Federal - RECURSO PROVIDO, para os fins acima expostos.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões recursais (fls. 915/936), além de dissídio jurisprudencial, alega violação aos artigos 1º, 141, 223, 369, 435, 492, 493 e 502 do CPC de 2015; 212, incisos I a V e 1.238, parágrafo único, do CC.

Defende ter havido cerceamento de defesa, "na medida em que desde o início do andamento dos autos foi pleiteada a produção de todas as provas necessárias ao deslinde do feito, dentre estas, a prova testemunhal, documental e pericial, capazes de provar os fatos narrados na inicial".

E continua:

Também houve o cerceamento do direito de defesa, na medida em que o v. acórdão definiu a remessa dos autos ao âmbito da Justiça Federal sem possibilitar ao Recorrente o direito de comprovar, mediante perícia, que o referido imóvel não pertence à União .

Ressalta ser permitida à parte a juntada de documentos novos.

Enfatiza ter ocorrido preclusão da matéria, na medida em que a União aceitou a condição de parte ilegítima na lide, já que não recorreu. Diz que se formou coisa julgada material.

Aduz ter havido julgamento "extra petita" e "ultra petita", na medida em que o acórdão recorrido definiu de forma diversa e além do requerido.

Alega que "exerce a posse sobre o imóvel usucapiendo HÁ MAIS DE 30 (TRINTA) ANOS de forma mansa, pacífica e ininterrupta, sem qualquer oposição ou impedimento".

É o relatório. DECIDO.

**4.** As matérias referentes aos artigos 1º, 141, 223, 369, 435, 460, 492, 493 e 502 do CPC de 2015; 212, incisos I a V e 1.238, parágrafo único, do CC, não foram objeto de discussão no acórdão recorrido, apesar da oposição de embargos de declaração, não se configurando o prequestionamento, o que impossibilita a sua apreciação na via especial (Súmula 282/STF).

Ressalto que o STJ não reconhece o prequestionamento pela simples interposição de embargos de declaração. Persistindo a omissão, é necessária a interposição de recurso especial por afronta ao art. 1.022 do CPC de 2015 (antigo art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), sob pena de perseverar o óbice da ausência de prequestionamento.

# *Superior Tribunal de Justiça*

5. Ante o exposto, acolho os embargos de declaração, com efeitos modificativos, para tornar sem efeito a decisão de fl. 1140 e, pelas razões expostas, nego provimento ao agravo em recurso especial de MILTON JOSE DE LIMA.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator